

Um Governo de Esquerda para Todos

Paulo Singer. São Paulo: Brasiliense, 1996.

Aloisio Ruscheinsky

Ao longo da década de 80, ao mesmo tempo em que militantes de base e profissionais atuam junto às demandas populares, desenvolve-se um conjunto de lideranças crescentemente empenhadas na aproximação com uma instituição político-partidária. A ação dos órgãos estatais passa sucessivamente a ser afetada pela incorporação gradativa de técnicos, assistentes sociais e intelectuais. Os mesmos, quando imbuídos de ideologia participativa e atuando como funcionários públicos, estão mais inclinados para um posicionamento de negociação com movimentos sociais. A expectativa desenvolve-se em duas linhas: servir como elo na tentativa de transformar o conflito em formas regulares de comunicação com órgãos públicos e difundir a convicção de que com um governo mais democrático tende-se a obter proporcionalmente maior abertura para as reivindicações da pauta.

Nesse contexto os próprios militantes petistas coexistem entre a contradição de definir-se por um posicionamento antiinstitucional — especialmente um relacionamento clientelista entre organismos associativos e órgãos públicos agenciadores de políticas sociais — e a possibilidade de assumir o poder. O partido foi amadurecendo a idéia de assumir a função governativa diferenciando-se de organização reivindicativa da sociedade civil, buscando redefinir seu posicionamento e sua integração dentro do conjunto do sistema partidário e as condições de controle sobre o poder do Estado.

Uma avaliação crítica dos governos petistas se faz mais do que necessária para contrapor programa e vontade política com os resultados obtidos, considerando que o partido ocupou o espaço executivo municipal de várias das principais cidades brasileiras, bem como o governo do Distrito Federal

Aloisio Ruscheinsky é professor da FURG (Fundação Universidade do Rio Grande) e doutor em sociologia pela USP.

e do estado do Espírito Santo. Em ambas as instâncias os conflitos internos vieram à tona, seja aqueles de ordem partidária, seja com o funcionalismo público e os movimentos populares (donde se pretende originário). Quando da formação do governo de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo ficou evidente a presença de intelectuais na equipe de governo e com atribuições decisivas. Entre os quais o autor do livro em análise.

No panorama histórico apontado coloca-se o livro-relato de Singer como testemunha ocular da história, à semelhança do que já o fizera Ivo Patarra (*O governo de Luiza Erundina*, Geração Editorial, 1996), outro membro da equipe de Luiza Erundina. Ou ainda a apreciação de Cláudio G. Couto (1995) *O desafio de ser governo: O PT na prefeitura de São Paulo* (1989-1992). Rio de Janeiro, Paz e Terra. Obras que colocam desafios para a orientação de um governo de esquerda para todos.

O fato de o partido assumir o poder municipal é analisado por Singer, especialmente na dimensão de ruptura com experiências passadas (se bem que poderia vir a ser entendido como continuidade a experiências peculiares de administrações de cunho popular ou participacionistas locais, ocorridas ao longo de uma década). Além do mais, na área de planejamento urbano, em que o próprio autor assumiu responsabilidade pública, os conflitos manifestaram-se em tal ordem sobre as alternativas visualizadas que as iniciativas permaneceram no patamar da vontade política e dos estudos efetivados.

Com a vitória nas eleições municipais de 1988 na capital paulista, na expectativa de alguns setores populares, entraria em ação um fator que viria rearticular as relações entre o público e o privado, inovando-as num triângulo peculiar de relacionamento político entre movimentos sociais, partido político e administração pública. Agora a agremiação política que tomava partido junto aos movimentos, até mesmo para encaminhá-los com suas demandas ao poder público, tornou-se também responsável por decisões administrativas.

Os resultados da disputa que conduziram o partido à gestão pública passam a ser enfocados como a surpresa eleitoral ou atribuídos à dedicação da militância, para a qual, com certeza, diversos fatores se conjugaram. E é nas indicações para o preenchimento dos cargos na composição do novo governo que vai se apresentar de modo patente a complexidade do relacionamento triangular aludido acima, já que parcela de lideranças petistas junto às lutas sociais requerem participação no governo. Por sua vez Singer, a propósito da formação do governo, destaca as especialidades dos personagens que vieram a ocupar as secretarias e administrações regionais em de-

trimento de aspectos relevantes da disputa partidária interna instalada.

Revelando detalhes da articulação interna à dinâmica administrativa o livro traz à tona aspectos relevantes e componentes das relações conflituosas nas quais a administração se envolveu. Estas passam a ser evidenciadas na tentativa de perceber que três instâncias se articularam: quadro partidário, movimentalismo e administração popular. Há elementos novos que entram no jogo da determinação da tomada de decisões políticas, como a interferência de interesses de outros grupos sociais nas perspectivas apontadas pela proposta de governo. O novo panorama representava um desafio para a inovação da prática partidária, pois os conflitos sobre os rumos da equipe formada por Luiza Erundina se travaram num espaço não institucionalizado e pouco formalizado.

Se o espaço do partido retém dose cotidiana de conflitividade, via existência pública de diversas tendências políticas, o fato de ocupar o espaço para o exercício do poder municipal tende a refletir parcela de tais conflitos partidários. A gestão de Luiza Erundina coloca-se então entre o conjunto de tensões advindas das disputas próprias com os setores oposicionistas e das disputas petistas internas. Na exposição de Singer o enfoque fundamental está reservado ao relacionamento e aos correspondentes transtornos da equipe de governo com os setores organizados e a respectiva rigidez de seus posicionamentos.

A aproximação mais efetiva entre movimento social e partido político na década de 80 inclui a compreensão de que forma de organização democrático-parlamentar, apesar dos limites, não é tanto o inimigo, ou o repelente aos interesses populares. Além do que, o exercício da democracia política se dá num campo competitivo, onde a defesa do espaço cotidiano alarga-se de acordo com a direção dada pela força política expressa. Entretanto, conforme a experiência histórica de Singer, tal mudança no horizonte de interpretação dos relacionamentos políticos não se confirma na prática das negociações com setores organizados na capital paulista, quando vem à tona a acusação de inoperância ou de “políticas realistas”, inclusive tratando-se de lideranças populares com militância petista.

A postura contestadora do exercício do poder revela determinada cultura política que nem sempre condiz com uma postura democrática e com princípios de representatividade. A visão positiva das negociações pode se estender também em nível da representação política no parlamento, da criação de legislação mais favorável aos direitos pretendidos. O reconhecimento de que o exercício do poder existe necessariamente nas relações sociais torna possível o empenho na disputa de parcela de poder pela participação

nas decisões políticas. O diagnóstico mais frequente na análise sociológica aponta que os esforços empreendidos pelas lutas sociais, no mais das vezes, constituem a parte frágil nas tensões ou no sustento dos conflitos a longo prazo. Neste sentido, as conquistas podem sofrer um refluxo, inclusive da ótica a partir da qual as mobilizações apostam suas forças.

A dificuldade de separação dos papéis entre o campo próprio das reivindicações populares e do partido, o fato de prestar apoio eleitoral à candidata do partido vem desembocar após o pleito eleitoral no fenômeno que caracterizamos como “trégua ante a gestão do petista”. Ou logo mais, em certas lideranças petistas gera uma situação de plena crise de identidade. O relacionamento obtido pela administração petista com parcela dos movimentos aponta para a possibilidade de negociação e de entendimento entre ambos; todavia mostra que lideranças das lutas sociais mais dinâmicas não renunciam a sua capacidade de fazer oposição ao poder estabelecido. Neste sentido, o movimento formula o intuito de negociar ante o programa habitacional e, ao mesmo tempo, apresenta-se como personagem que, no limite, pode ocasionalmente estrelar o papel de opositor.

Singer tenta recuperar parcela do intenso debate sobre a proposta petista de participação popular na administração pública, seja através dos conselhos populares, orçamento participativo, plano diretor ou de audiências públicas. A proposta inversão de prioridades e o planejamento participativo trouxeram a sensação posterior de aparente fracasso daquele intento. Ainda teve parcela dos movimentos organizados no papel da oposição ao governo popular. Mais do que isto, convém alertar para os fatores que levaram à inoperância do partido na administração para implementar a proposta programática em sua totalidade e neste tópico em especial. Análise semelhante tem apresentado Júlio Simões (*O dilema da participação popular*. Anpocs/Marco Zero, 1992) a propósito da primeira administração petista em Diadema.

O relacionamento da administração pública, por intermédio do partido de origem popular a sua frente com o movimentalismo, permite endossar a afirmação de Touraine de que os movimentos sociais compreendem uma dimensão defensiva e ao mesmo tempo ofensiva. Fato comprovado no transcurso da administração petista em São Paulo, conforme atesta o livro em destaque. Ao mesmo tempo, na medida em que o governo petista mantém em alta estima a definição legal, justificando tal comportamento para manter as condições de governabilidade, surpreende-se com os próprios limites traçados pela sua compreensão de ação política na administração.

As mudanças operadas na equipe de governo não surtiram o efeito espe-

rado de harmonizar as pretensões da direção partidária, por mais que as articulações realizadas revelassem qual a tônica predominante na equipe ou os setores partidários que conseguiam ampliar ou perdiam espaço. De outro lado, alguns avanços na área social têm sido reconhecidos na ótica de governo popular, entretanto restritos, considerando-se a amplitude dos problemas neste campo, de modo peculiar em período no qual voltam a acentuar-se os patamares da desigualdade social.

Ao longo dos anos da transição política, segundo interpretação corrente nas ciências sociais, a repressão aberta foi sendo substituída pelo discurso ambíguo da democracia, criando-se a ilusão de órgãos participativos e modificando-se a forma do relacionamento com os movimentos sociais. O PT assumiu a administração municipal em São Paulo com um discurso cujas propostas incluíam a desburocratização no sentido de tornar mais direta a relação com os movimentos sociais; tornar menos autoritária e clientelista a ação estatal; tornar menos privatista a política de representação; inverter prioridades efetuando um planejamento conjunto com organismos da sociedade civil. Estas mudanças, entre outras, não podem ser construídas pela simples manipulação de instituições políticas; implicam em mudanças também de ordem econômica e sócio-cultural para além do alcance da esfera partidária de decisão.

A imagem pública do partido depende de alguma forma do comportamento no governo, das políticas públicas propostas e dos mecanismos pelos quais as mesmas são implementadas. Para o exercício do poder a equipe do partido à frente do Executivo requer flexibilidade em relação à estrutura partidária, pois a fiscalização excessiva reflete um posicionamento ético ou a busca de amparo para a disputa interna. Segundo Singer, de forma semelhante, a ingerência da cúpula partidária tende a ofuscar a transparência, pois mexe diretamente no campo do controle sobre as informações. Decorre daí o imperativo de distinguir patamares de debate e de decisão, bem como parece complexa a intuição de que o partido dê sustento político ao governo e caiba-lhe dar direção política à administração. As avaliações da administração tendem a apontar a trajetória do ideal à realidade, do discurso, do escrito, dos documentos à prática governamental, do tipo idealizado de inovação governamental à realidade de conflitos inerentes ao campo político. A avaliação com a distância do fato tende superar a idéia de que tal partido ao chegar ao poder pudesse estar isento ou acima da luta política e dos conflitos.

Por fim, a interpretação da atuação do Estado frente às iniciativas tomadas pelos movimentos sociais depende em grande medida, de um lado, do

ângulo sob o qual o olhar apreende os dois atores da cena; de outro, dos posicionamentos díspares possíveis de ambos e de acordo com o contexto histórico. Um governo de esquerda para todos pode revelar uma política enfatizando a ótica da cidadania em tempos de refluxo dos direitos sociais na onda neoliberal. Neste sentido o livro de Paul Singer constitui um relato substantivo, cujo intuito ultrapassa o resguardo da memória de fenômeno histórico importante para as ciências sociais.